

SIMULADO GRÁTIS:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO



**TJRJ
2020-21**

**TÉCNICO DE
ATIVIDADE
JUDICIÁRIA**

**60 QUESTÕES ATUALIZADAS
GABARITO REVISADO**

**TEMPO:
04H**

**"MOTIVAÇÃO FAZ
VOCÊ COMEÇAR.
HÁBITO FAZ VOCÊ
CONTINUAR"**



SimuladosBR.Net



PROVA OBJETIVA**Conhecimentos Gerais****Texto I (Questões 01 a 05)****O fumo e a saúde**

“O fato de, nas últimas décadas, os fumantes terem aderido em massa aos assim chamados cigarros de baixos teores, não alterou em nada a mortalidade. No caso das doenças pulmonares mais obstrutivas, que evoluem com falta de ar progressiva, foi até pior: a incidência mais do que duplicou, desde a década de 1980.

A explicação se deve às mudanças que a indústria introduziu na produção de cigarros: o uso de variedades de fumo geneticamente selecionadas para reduzir o pH da fumaça, o emprego de papel mais poroso e filtros com mais perfurações, tornaram menos aversivos, mais profundas e prolongadas as inalações, expondo aos efeitos tóxicos grandes extensões do tecido pulmonar.

Como o cigarro perde espaço no mundo industrializado, e em países como o Brasil, as multinacionais têm agido com agressividade nos mercados asiáticos e africanos, valendo-se da falta de instrução das populações mais pobres e da legislação frouxa que permite a publicidade predatória.

Os epidemiologistas estimam que essa estratégia macabra fará o número de mortes causadas pelo cigarro – que foi de 100 milhões no século 20 – saltar para um bilhão no século atual.”

Drauzio Varella – Adaptado

01. O primeiro período do texto I está estruturado em duas orações, sem conjunção entre elas – “O fato de, nas últimas décadas, os fumantes terem aderido em massa aos assim chamados cigarros de baixos teores, / não alterou em nada a mortalidade.” O modo de reescrever adequadamente esse segmento, mantendo-se o sentido original do texto é:

- A Não se alterou em nada a mortalidade, pois, nas últimas décadas, os fumantes aderiram em massa aos assim chamados cigarros de baixos teores;
- B Ainda que não se tenha alterado em nada a mortalidade, os fumantes, nas últimas décadas, aderiram em massa aos assim chamados cigarros de baixos teores;
- C Os fumantes aderiram em massa aos assim chamados cigarros de baixos teores, o que não alterou em nada a mortalidade nas últimas décadas;

D O fato de, nas últimas décadas, os fumantes terem aderido em massa aos assim chamados cigarros de baixos teores fez com que não se alterasse em nada a mortalidade;

E O fato de, nas últimas décadas, os fumantes terem aderido em massa aos assim chamados cigarros de baixos teores, não alterou, por isso mesmo, em nada a mortalidade.

02. “...o uso de variedades de fumo geneticamente selecionadas para reduzir o pH da fumaça, o emprego de papel mais poroso e filtros com mais perfurações, / tornaram menos aversivos, mais profundas e prolongadas as inalações...”. A relação lógica entre os dois segmentos marcados nesse trecho do texto I é a de:

- A fato / explicação;
- B ocorrência / conclusão;
- C afirmação / finalidade;
- D causa / consequência;
- E declaração / justificativa.

03. Em todas as frases abaixo, retiradas do texto I, há a presença do vocábulo *mais*. A frase em que esse vocábulo mostra valor diferente dos demais é:

- A “...doenças pulmonares mais obstrutivas...”;
- B “...o emprego de papel mais poroso...”;
- C “...filtros com mais perfurações...”;
- D “...mais profundas e prolongadas as inalações...”;
- E “...falta de instrução das populações mais pobres...”.

04. “Como o cigarro perde espaço no mundo industrializado, e em países como o Brasil...”. Esse segmento do texto I mostra que, para o autor do texto:

- A nosso país rivaliza com os países mais industrializados;
- B o Brasil se insere no mundo industrializado;
- C nosso desenvolvimento industrial é de primeiro mundo;
- D o Brasil não faz parte do mundo industrializado;
- E nosso progresso industrial é maior do que o do mundo industrializado.

05. “Como o cigarro perde espaço no mundo industrializado, e em países como o Brasil, as multinacionais têm agido com agressividade nos mercados asiáticos e africanos...” Nesse caso (texto I), agir com agressividade significa:

- A apelar para atos de violência;
- B modificar leis para as tornarem mais punitivas;

- C tentar implantar governos ditatoriais;
- D produzir publicidade com intimidações e ameaças;
- E intensificar as campanhas publicitárias.

06. Quanto à acentuação gráfica das palavras “você”, “sério” e “aborrecê-la”, pode-se dizer que:

- A Todas estão corretamente acentuadas.
- B Somente as palavras “você” e “sério” estão corretamente acentuadas.
- C As três têm erros quanto à acentuação gráfica.
- D A palavra “aborrecê-la” não está acentuada corretamente.
- E A palavra “sério” não está acentuada corretamente.

07. De acordo com a Lei n. 6.956/2015, que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, bem como sobre as normas gerais de administração e funcionamento do Poder Judiciário e seus serviços auxiliares, assinale a alternativa incorreta.

- A Integram a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça o Órgão Especial, o Conselho da Magistratura, a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, o Fundo Especial do Tribunal de Justiça e a Escola de Administração Judiciária.
- B Compõem a Administração Superior do Tribunal de Justiça o Presidente do Tribunal de Justiça, o Corregedor-Geral da Justiça e os três Vice-Presidentes, eleitos em votação secreta pelos membros do Tribunal de Justiça na forma do Regimento Interno.
- C O Tribunal Pleno, órgão máximo da estrutura do Tribunal de Justiça, constituído por todos os Desembargadores ativos, tem sua competência definida na Constituição da República, na Constituição do Estado e no seu Regimento, podendo autoconvocar-se para deliberar sobre matérias que entenda estratégicas para a organização e o funcionamento do Poder Judiciário.
- D São órgãos julgadores de segundo grau: o Órgão Especial, as Seções Especializadas e as Câmaras.
- E O Órgão Especial do Tribunal de Justiça atua por delegação do Tribunal Pleno e é constituído de vinte e quatro desembargadores, sendo 12 (doze) vagas preenchidas por antiguidade e 12 (doze) por eleição.

08. Conforme a Lei de Organização Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, são órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro:

- I – Juízos de Direito.
- II – Comissão de Justiça.
- III – Seções Especializadas.
- IV – Câmaras de unificação de decisões.

- A Apenas I e II estão corretas.
- B Apenas I e IV estão corretas.
- C Apenas III está incorreta.
- D Apenas I e III estão corretas.
- E Apenas II e IV estão corretas.

09. Sobre a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Rio de Janeiro, assinale a alternativa incorreta.

- A O Tribunal de Justiça, mediante resolução, sempre que necessário para a adequada prestação jurisdicional e sem aumento de despesa, poderá alterar a competência, a estrutura e a denominação dos órgãos judiciários, bem como determinar a redistribuição dos feitos.
- B Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o Juiz far-se-á presente no local do litígio.
- C O Tribunal de Justiça manterá a Justiça Itinerante, incumbida de prestações jurisdicionais a serem definidas por ato normativo do Tribunal.
- D A carreira da magistratura, em primeira instância, é composta por Juízes Substitutos, Juízes de Entrância Inicial, Juízes de Entrância Intermediária e Juízes de Entrância Final.
- E O Presidente do Tribunal de Justiça poderá convocar, a qualquer tempo, em face de imperiosa necessidade do serviço, Juízes de Direito Titulares de Entrância Especial, integrantes da primeira quinta parte da antiguidade, para compor as Câmaras.

10. O companheiro de Rebeca, Técnica do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, faleceu. A servidora tem direito a:

- A faltar até 08 (oito) dias consecutivos, computando-se inclusive sábados, domingos e feriados;
- B faltar até 08 (oito) dias úteis, excluindo-se sábados, domingos e feriados;
- C faltar até 05 (cinco) dias consecutivos, computando-se inclusive sábados, domingos e feriados;
- D faltar até 05 (cinco) dias úteis, excluindo-se sábados, domingos e feriados;
- E só terá direito à licença nojo, pelo prazo previsto em lei, contada a partir da data do falecimento, caso apresente sentença judicial reconhecendo a união estável.

11. Estabelece o estatuto dos servidores civis do estado do Rio de Janeiro que é proibido ao servidor:

- A coagir ou aliciar subordinados com objetivo de natureza partidário, exceto se filiados ao mesmo partido político;
- B criticar, em trabalho assinado, as autoridades e atos da Administração Pública, sob ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço;

C participar de diretoria, gerência, administração, conselho técnico ou administrativo, de empresa ou sociedade contratante, permissionária ou concessionária de serviço público;

D pleitear, como procurador ou intermediário, junto aos órgãos estaduais, a percepção de vencimento, remuneração, provento ou vantagem de parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau civil;

E revelar fato ou informação de natureza sigilosa, de que tenha ciência em razão do cargo ou função, quando prestar depoimento em processo administrativo, sendo autorizado, contudo, nos casos em que depuser em processo judicial.

12. O Decreto Lei n. 220/75 prevê diversos tipos de condutas passíveis da aplicação de pena disciplinar de demissão pelo Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. As alternativas a seguir apresentam comportamentos passíveis de demissão, segundo o mencionado Decreto, à exceção de uma. Assinale-a.

A Embriaguez habitual ou em serviço.

B Abandono de cargo

C Incontinência pública e escandalosa.

D Ausência justificada ao serviço por 20 dias, interpoladamente, durante o período de 12 meses

E Ofensa física em serviço, contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa.

13. Renato, servidor público outrora ocupante de cargo de provimento efetivo do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, foi colocado em disponibilidade em razão da extinção do seu cargo. Caso haja outro cargo de natureza e vencimento compatível com os do ocupado anteriormente, possibilitando que Renato retorne ao serviço ativo, tal caracterizará:

A a sua reversão;

B a sua reintegração;

C o seu aproveitamento;

D a sua transferência;

E a sua readaptação.

14. Acerca da Lei n.º 4.620/2005, que dispõe sobre a reestruturação dos cargos do quadro único de pessoal do Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro, assinale a opção correta.

A O quadro único de pessoal compreende os cargos de provimento efetivo, organizados em carreira, excluídos os cargos de provimento em comissão.

B A direção de serventia judicial de primeira instância é privativa do titular de cargo de analista judiciário da área judiciária que integrar a última classe e padrão da carreira, não podendo ser ocupada por analista

judiciário que integre o padrão inferior da mesma classe.

C O regime disciplinar do serventuário do Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro estende-se ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão e aos servidores públicos de outros órgãos que estejam à disposição do Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro.

D Promoção é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe.

E Progressão funcional é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.

15. Conforme o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, acerca da responsabilidade disciplinar, assinale a opção correta.

A O titular de serventia que tiver ciência de irregularidade administrativa deverá imediatamente levar o fato ao conhecimento do corregedor-geral de justiça, não podendo, antes de tal providência, promover a apuração imediata da irregularidade administrativa.

B A aplicação de pena disciplinar decorrerá de sindicância prévia, sem necessidade de observância do contraditório e da ampla defesa, tendo em vista que, semelhante ao que ocorre no inquérito, trata-se de procedimento prévio do processo administrativo subsequente.

C O servidor que responder por malversação ou alcance de dinheiro ou valores públicos poderá ser suspenso preventivamente, por ato do corregedor-geral da justiça, por até 30 dias, se isso for conveniente à apuração da falta.

D A sindicância será arquivada, se, em seu curso, não se corporificar, no mínimo, evidência de infração disciplinar, ou, embora evidenciada esta, não for possível determinar-lhe a autoria. A decisão de arquivamento, prolatada pelo corregedor-geral da justiça, será irrecorrível, ainda no caso de sindicância iniciada por representação.

E Compete aos juízes aplicar as penas disciplinares de advertência, repreensão e suspensão até 30 dias, concorrentemente com as demais autoridades superiores, podendo, ainda, o titular de serventia aplicar as penas de advertência e repreensão.

16. Considere hipoteticamente que o Tribunal de Justiça pretende alterar o número de seus membros. Atendendo aos requisitos legais, a alteração do número de membros do referido Tribunal depende de proposta do

A Corregedor Geral da Justiça, exclusivamente.

B Conselho da Magistratura.

C Presidente do Tribunal, exclusivamente.

D Órgão Especial.

E Presidente do Tribunal em conjunto com o Corregedor-Geral da Justiça.

17. De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu Art. 6º a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

I - casar-se e constituir união estável;

II - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária;

III - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Está(ão) correta(s):

A I, apenas.

B I, II e III, apenas.

C II e III, apenas.

D I e II, apenas.

E III apenas.

18. Pela Lei Federal nº 10.098/00, os edifícios públicos ou de uso coletivo deverão dispor de, pelo menos,

A cinco banheiros acessíveis.

B quatro banheiros acessíveis.

C três banheiros acessíveis.

D dois banheiros acessíveis.

E um banheiro acessível.

19. É certo que os princípios distinguem-se de valores e regras. Sobre os princípios e sua função, é correto afirmar:

A Nem sempre os princípios devem ser aplicados em sua inteireza, pois, em caso de conflito entre regra e princípio, as regras predominam, em razão de sua superioridade normativa.

B Os princípios são comandos definitivos que se aplicam ou não se aplicam em uma determinada situação, segundo um parâmetro de “tudo ou nada”.

C Enquanto as regras são comandos definitivos, os princípios são normas de otimização, que comportam uma ideia de gradação capaz de permitir sua aplicação de forma ponderada.

D A noção de validade é essencial ao reconhecimento dos princípios porque estes devem ser sempre aplicados de modo que seja feito o que preveem na íntegra, em todas as situações.

E Os princípios são valores individuais oriundos de juízos internos formulados por cada cidadão, valores estes que serão tolerados se estiverem de acordo com os valores sociais.

20. O Código de Ética e Conduta dos servidores e colaboradores da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi instituído com o fim de:

I - estabelecer os princípios e as normas de conduta aplicáveis aos servidores e colaboradores da Corregedoria Geral da Justiça, norteando-os nas suas decisões e comportamentos;

II - assegurar o alinhamento das ações institucionais de seus servidores, com a missão e visão da Corregedoria Geral da Justiça e os valores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, para que estas ações reflitam a probidade e a conduta ética;

III - preservar a imagem da Corregedoria Geral da Justiça e deteriorar a reputação de seus servidores e colaboradores.

Está(ão) correta(s):

A I, apenas.

B I e II, apenas.

C II, apenas.

D II e III, apenas.

E I, II e III.

Conhecimentos Específicos

21. Conforme a Organização Administrativa do Estado, marque a alternativa CORRETA.

A Sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito público.

B A administração direta é pessoa jurídica de direito privado.

C Órgãos Públicos fazem parte da Administração Direta.

D As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado.

E As empresas públicas são parte da administração direta.

22. Corresponde ao princípio da descentralização o fato de que

A o controle das atividades da Administração Federal deverá exercer-se em todos os níveis e em todos os órgãos.

B a ação governamental obedecerá ao planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico e social do País e a segurança nacional.

C à administração casuística, assim entendida a decisão de casos individuais, competem, em princípio, em nível de execução, os serviços de natureza local, que estão em contato com os fatos e com o público.

D as atividades da Administração Federal e, especialmente, a execução dos planos e programas de governo serão objeto de permanente coordenação.

E os órgãos que operam na mesma área geográfica serão submetidos à coordenação, com o objetivo de se assegurar a programação/execução integrada dos serviços federais.

23. A respeito da extinção dos atos administrativos, é correto afirmar que

A a revogação deve ocorrer quando o vício no ato for relativo à legalidade ou à legitimidade.

B a anulação de ato com vício insanável é considerada como um ato vinculado, por se tratar de medida obrigatória.

C os atos discricionários não são passíveis de anulação, mas apenas de revogação ou convalidação.

D em decorrência do princípio da inafastabilidade da jurisdição, o Poder Judiciário poderá revogar ato administrativo editado pelo Poder Executivo ou pelo Poder Legislativo.

E são revogáveis os atos consumados, os atos vinculados e os meros atos administrativos.

24. Os atos administrativos são praticados durante o exercício da função administrativa em regime público, representando a vontade estatal. São atributos dos atos administrativos, os relacionados a seguir. Analise-os e marque a alternativa INCORRETA.

A Presunção de Legitimidade

B Imperatividade

C Motivo

D Autoexecutoriedade

E Tipicidade

25. Sobre a anulação do ato administrativo, considere:

I. A anulação é a declaração de invalidação de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal, feita pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário.

II. Em regra, a anulação dos atos administrativos vigora a partir da data da anulação, isto é, não tem efeito retroativo.

III. A anulação feita pela Administração depende de provocação do interessado.

Está correto o que se afirma APENAS em

A I.

B I e II.

C II.

D II e III.

E III.

26. De acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 9.784/1999, o Processo Administrativo

A só pode iniciar-se de ofício.

B pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

C não pode iniciar-se de ofício.

D será anulável quando ficar demonstrado que iniciou a pedido de interessado, devendo, nesta hipótese, ser convalidado por ofício da autoridade competente.

E será nulo, sem possibilidade de convalidação, quando constatado que iniciou a pedido de interessado.

27. Quanto ao recurso administrativo previsto na Lei nº 9.784/99, em relação à sua admissibilidade, é correto afirmar:

A o recurso será conhecido quando interposto fora do prazo.

B o recurso será conhecido, mesmo se interposto perante órgão não competente.

C o recurso será conhecido se interposto por quem não seja legitimado.

D o recurso será conhecido se interposto após exaurida a esfera administrativa.

E o não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

28. Uma das diversas classificações dos cargos públicos se baseia nas garantias e características do cargo. Por esse critério, é possível classificar os cargos como:

A isolados e em comissão

B isolados e vitalícios

C isolados e de carreira

D em comissão e efetivos

E vitalícios e isolados

29. Para bem desenvolver suas funções, os agentes públicos serão dotados de poderes instrumentais. São os chamados poderes administrativos que são:

A Poder de polícia, poder de indicação, poder de comando e poder discricionário.

B Poder público, poder de polícia, poder vinculado e poder orçamentário.

C Poder de indicação, poder político, poder judiciário e poder executivo.

D Poder vinculado, poder discricionário, poder disciplinar, poder hierárquico, poder de polícia e poder normativo.

E Poder de decisão, poder de polícia e poder disciplinar.

30. Conforme a Lei Federal nº 8.666/93, marque a alternativa CORRETA.

A Não pode aplicar aos contratos administrativos público, em nenhuma hipótese, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

- B Pode-se realizar contrato com prazo de vigência indeterminado.
- C Não existe licitação dispensável no Brasil.
- D Concorrência não é uma modalidade de licitação.
- E Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

31. Quanto à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- A A conduta de agente público que causa dano ao bem particular, desde que amparada por excludente de ilicitude, isenta a Administração Pública de responsabilidade civil.
- B Para que se configure a responsabilidade objetiva do Estado, são necessários comprovação do nexo causal entre a conduta do agente público e o dano causado e a existência de dolo ou culpa.
- C O direito de regresso do Estado contra o agente público que, em serviço, causar dano a terceiro independe da comprovação de culpa ou dolo na conduta.
- D As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- E De acordo com a teoria do risco administrativo, a responsabilidade civil do Estado é genérica e indiscriminada e não depende de demonstração do nexo causal entre a conduta do agente e o dano causado.

32. O poder de polícia se baseia numa relação

- A entre o direito administrativo e o direito penal.
- B de supremacia geral da Administração sobre os administrados.
- C de supremacia especial da Administração sobre os administrados.
- D de cunho obrigacional, de direito privado, entre o poder público e o administrado.
- E jurídica específica previamente existente entre a Administração e o administrado.

33. Com base no texto constitucional, são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, exceto:

- A Laicidade e respeito ao costumes
- B Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais
- C Garantir o desenvolvimento nacional
- D Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

- E Construir uma sociedade livre, justa e solidária

34. A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

- A Não haverá penas de trabalhos forçados e cruéis, mas poderá haver pena de banimento.
- B A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados em 48 (quarenta e oito) horas ao juiz competente.
- C O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- D O mandado de segurança coletivo somente pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 2 (dois) anos.
- E Conceder-se-á habeas data sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

35. Conforme o Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

- A É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- B É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- C É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente das qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- D É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- E É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

36. João, brasileiro nato, e Pedro, brasileiro naturalizado, foram acusados e condenados pela prática de um crime no País Beta, que solicitou a extradição de ambos ao Estado brasileiro. À luz da sistemática constitucional vigente:

- A apenas Pedro pode ser extraditado, caso se trate de crime comum praticado antes da naturalização ou de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;
- B João pode ser extraditado, caso se trate de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei, ou de crimes contra a humanidade;
- C apenas Pedro pode ser extraditado, caso se trate de crime comum praticado antes da naturalização;
- D João e Pedro não podem ser extraditados, qualquer que seja o crime praticado;
- E João e Pedro podem ser extraditados, qualquer que seja o crime praticado.

37. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal de 1988 (CF), os partidos políticos

- A podem receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.
- B não são obrigados a registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, se, antes, eles adquirirem personalidade jurídica.
- C podem utilizar organização paramilitar.
- D têm autonomia para definir sua estrutura interna, sua organização e seu funcionamento.
- E têm, em regra, de pagar pelo acesso ao rádio e à televisão.

38. De acordo com a Constituição Federal, o trabalho na condição de aprendiz é permitido:

- A A partir dos doze anos de idade
- B A partir dos quatorze anos de idade
- C A partir dos dez anos de idade
- D A partir dos oito anos de idade
- E A partir dos treze anos de idade

39. Compete aos Municípios, entre outros,

- A manter, com a cooperação técnica e financeira da União, programas de educação infantil, de ensino fundamental e de ensino superior.
- B instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- C prestar, com a cooperação técnica e financeira do Estado, serviços de atendimento à saúde da população e os serviços locais de gás canalizado, com exclusividade.
- D organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo interestadual.
- E criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação federal.

40. Sobre os princípios constitucionais da Administração Pública, é correto afirmar:

- A A faculdade de concurso público para ingresso nos cargos públicos reflete uma aplicação constitucional do princípio da eficiência.
- B O princípio da eficiência não pode ser exigido enquanto não for editada a lei federal que deve defini-lo e estabelecer os seus contornos.
- C O princípio da publicidade visa a dar transparência aos atos da Administração Pública e contribuir para a concretização do princípio da moralidade administrativa.

D O princípio da impessoalidade é concretizado quando se utiliza na publicidade oficial de obras e de serviços públicos o nome ou a imagem do governante, de modo a caracterizar promoção pessoal deste.

E O princípio da legalidade pode ser visto como incentivador do ócio, haja vista que tal princípio aduz que a prática de um ato concreto exige norma expressa que o autorize, mesmo que seja inerente às funções do agente público.

41. Em relação ao Congresso Nacional, é correto afirmar que

- A cada Estado, Território e o Distrito Federal elegerão dois Senadores, com mandato de seis anos.
- B o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, Territórios e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
- C cada Território elegerá dois Deputados e um Senador.
- D a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- E a representação de cada Estado, dos Territórios e do Distrito Federal no Senado Federal será renovada de cinco em cinco anos, alternadamente, por dois e um terço.

42. As afirmativas abaixo sobre Ministros de Estado estão todas corretas, EXCETO uma. Assinale-a.

- A Estar no exercício dos direitos políticos é requisito fundamental para ser escolhido Ministro de Estado.
- B Somente brasileiros podem ser Ministros de Estado.
- C Um Ministro de Estado é necessariamente maior de trinta e cinco anos.
- D Os Ministros de Estado são nomeados e exonerados, privativamente, pelo Presidente da República.
- E Os Ministros de Estado auxiliam o Presidente da República na direção superior da Administração Federal.

43. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é vedado aos juízes:

- A exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, ainda que de magistério.
- B receber, salvo em circunstâncias excepcionais, custas ou participação em processo.
- C dedicar-se à atividade político-partidária.
- D receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, vedada a possibilidade de a lei ressaltar exceções.
- E exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

44. Segundo a Constituição Federal, é(são) órgão(s) do Poder Judiciário:

- A o Tribunal de Contas da União.
- B o Ministério da Justiça.
- C o Superior Tribunal Federal.
- D o Conselho Superior de Justiça.
- E os Tribunais e os Juízes do Trabalho.

45. O Ministério Público tem o dever constitucional de proteger o meio ambiente. Ao desenvolver este papel, de tutor do ambiente desenvolve atividades em:

- A três âmbitos do direito: o administrativo, o civil e o penal.
- B dois âmbitos do direito: o ambiental e o civil.
- C três âmbitos do direito: o ambiental, o civil e o internacional.
- D dois âmbitos do direito: o administrativo e o penal.
- E dois âmbitos do direito: o civil e o penal.

46. É correto afirmar de acordo com o Código de Processo Civil.

- A A aplicação das normas de processo civil deverá respeitar as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- B Aplicam-se de forma integral e no que for compatível as normas do Código de Processo Civil às normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos.
- C A jurisdição civil interna será regida pelas normas processuais brasileiras e pelas disposições específicas previstas em acordos e tratados internacionais.
- D A norma processual retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, independentemente da fase em que se encontrem.
- E Os atos processuais já praticados sob a égide da norma revogada deverão ser ratificados de acordo com a norma processual superveniente.

47. João, em razão da existência de foro de eleição, ajuizou em Teresina, execução de título extrajudicial em face de José residente em Roma, na Itália, em local conhecido. A citação de José se fará através de

- A carta de ordem.
- B carta rogatória.
- C carta precatória.
- D carta arbitral.
- E edital.

48. De acordo com o Código de Processo Civil, aos auxiliares da justiça,

A inclusive ao oficial de justiça, aplicam-se, no que couber, os motivos de impedimento e de suspeição previstos para o juiz.

B com exceção do perito, aplicam-se, no que couber, os motivos de impedimento previstos para o juiz, mas não os de suspeição.

C com exceção do oficial de justiça, do perito e do chefe de secretaria, não se aplicam os motivos de impedimento ou suspeição previstos para o juiz.

D com exceção do mediador, aplicam-se, no que couber, os motivos de impedimento e de suspeição previstos para o juiz.

E com exceção do perito, não se aplicam os motivos de suspeição previstos para o juiz, mas outros estabelecidos especificamente segundo a função que exercem no processo.

49. Acerca da audiência de conciliação e mediação prevista em capítulo próprio do Novo Código de Processo Civil brasileiro, assinale a alternativa correta:

A Na audiência de conciliação ou de mediação, não há exigência legal no sentido de que as partes estejam acompanhadas por advogado ou defensor público.

B A audiência não será realizada se pelo menos uma das partes, manifestar, expressamente, desinteresse na composição consensual.

C O não comparecimento do autor ou do réu à audiência de conciliação importa em desistência pelo autor e revelia para o réu.

D Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência de conciliação poderá ser manifestado por apenas um dos autores ou réus, hipótese em que se estenderá a manifestação para os demais.

E Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes.

50. Ainda acerca cerca da Lei 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, julgue os itens a seguir:

I. Os sistemas de informações pertinentes a processos eletrônicos devem possibilitar que advogados, procuradores e membros do Ministério Público cadastrados, mas não vinculados a processo previamente identificado, acessem automaticamente todos os atos e documentos processuais armazenados em meio eletrônico, desde que demonstrado interesse para fins apenas de registro, salvo nos casos de processos em segredo de justiça.

II. A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico;

III. A publicação eletrônica na forma do artigo 4º da Lei 11.419/2006 substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.

IV. Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.

Estão CORRETAS as seguintes alternativas:

- A I e III, apenas
- B II e III, apenas
- C I, II e III, apenas
- D I e II, apenas.
- E Todas estão corretas.

51. O inquérito policial não pode ser instaurado

- A de ofício, quando se tratar de ação penal pública incondicionada.
- B de ofício, quando se tratar de ação penal pública condicionada.
- C por requisição da autoridade competente.
- D pela lavratura do auto de prisão em flagrante.
- E por provocação do ofendido, nas ações penais privadas.

52. Sobre a ação penal, é correto afirmar que

- A a representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.
- B no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao Juiz.
- C não se admite, em nenhuma hipótese, ação penal privada nos crimes de ação penal pública.
- D seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será privada.
- E o Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

53. Com relação ao procedimento relativo aos processos de competência do tribunal do júri, assinale a alternativa correta.

- A Pronunciado o acusado, remetidos os autos ao tribunal do júri, será a defesa intimada para apresentar o rol de testemunhas que irão depor, em plenário, até o máximo de 08 (oito).
- B Constituirão o Conselho de Sentença, em cada sessão de julgamento, 07 (sete) jurados, sorteados dentre os alistados, aplicando-se a eles o disposto sobre os impedimentos, a suspeição e as incompatibilidades dos juízes togados.

C Encerrada a instrução preliminar, o juiz, fundamentadamente, pronunciará ou impronunciará o acusado, não cabendo, nessa fase, a absolvição sumária.

D Contra a sentença de impronúncia do acusado caberá recurso em sentido estrito.

E O risco à segurança pessoal do acusado não enseja desaforamento do julgamento para outra comarca, sendo motivo justificante a dúvida razoável sobre a imparcialidade do júri.

54. Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito. De acordo com o Art. 302 do Código Processual Penal, considera-se em flagrante delito quem, EXCETO:

- A Está no lugar do crime.
- B Está cometendo a infração penal.
- C Acaba de cometê-la.
- D É perseguido, logo após o delito, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- E É encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

55. O procedimento comum será ordinário quando:

- A Tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade;
- B Tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade;
- C Para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei;
- D Nos crimes apenados com prisão independente do quantitativo imposto;
- E Nos crimes apenados com detenção independente do quantitativo imposto.

56. Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo.

- A somente as contravenções penais a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.
- B as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.
- C somente os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, desde que não cumulada com multa.
- D as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima de 36 meses, desde que não cumulada com multa.

E as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

57. De acordo com a Lei n.º 12.153/2009, os juizados especiais da fazenda pública têm competência para processar e julgar

A ação de desapropriação de imóvel cujo valor não exceda sessenta salários mínimos.

B ação cujos sujeitos ativos sejam entes públicos da administração pública direta, autárquica e fundacional dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

C ação rescisória para desconstituir as suas próprias decisões de mérito.

D ação de improbidade administrativa praticada por secretário municipal, cujo valor do dano ao erário não ultrapasse sessenta salários mínimos.

E mandado de segurança contra suas decisões interlocutórias proferidas, haja vista a irrecorribilidade imediata de decisões dessa natureza.

58. Assinale a alternativa incorreta a respeito do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

A O cadastramento e o processamento das audiências de custódia dar-se-ão após análise minuciosa do auto de prisão em flagrante físico ou eletrônico com o escopo de verificar se contém diversos documentos, entre eles: o registro de ocorrência, nota de culpa e auto de apreensão.

B Ao chefe da Central de Audiência de Custódia incumbe supervisionar o fluxo dos autos de prisão em flagrante físicos ou eletrônicos recebidos.

C Caberá apenas ao magistrado que presidir a audiência a inclusão de dados no formulário eletrônico do SISTAC-CNJ.

D A administração interna das escrivanhas deverá observar os princípios da legalidade e da eficiência e será organizada segundo o padrão do processamento integrado em equipes, sendo exercida Chefe de Serventia, sob a supervisão do Juiz de Direito em exercício na vara.

E Os cartórios e secretarias de direção de foro adotarão as pastas e os livros previstos nesta Consolidação, escriturando-os ou formando-os de conformidade com as respectivas normas.

59. Os Conciliadores presidirão as audiências de conciliação ou preliminar, sob a supervisão do Juiz, observando e fazendo constar da assentada, exceto:

A a presença pessoal das partes e seus representantes, se houver;

B a possibilidade de acordo ou transação e seu texto;

C a necessidade de sobrestamento do feito, desde que seja essencial à solução da lide;

D a redução a termo dos pedidos feitos pelas partes, após quitação de taxa administração;

E a redesignação da audiência de conciliação ou preliminar.

60. Nos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Rio de Janeiro, inclusive adjuntos, os atos de mero expediente e as decisões não recorríveis poderão ser comunicados às partes, pela via telefônica, observados os seguintes requisitos, dentre outros:

I – realização por servidor designado em portaria do Juízo;

II – efetivação durante o horário de expediente, podendo se realizar em horário distinto, mediante autorização do juiz, utilizando-se sempre a mesma linha ou ramal telefônico;

III – informação ao interlocutor do número do processo, do Juízo onde tramita e do servidor responsável pela diligência.

Está(ão) correta(s):

A I, apenas.

B II e III, apenas.

C III, apenas.

D I e II, apenas.

E I, II e III

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

SimuladosBR

Gabarito**Simulado Grátis – Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro****NÍVEL MÉDIO**

TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	C	D	E	A	E	D	D	A	C	D	C	C	E	D	B	E	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	C	B	C	A	B	E	D	D	E	D	B	A	C	C	A	D	B	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
D	C	C	E	A	A	B	A	E	E	B	E	B	A	A	B	E	C	D	E